

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto dos primeiros questionamentos surgidos ainda na graduação em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense, na área de Gestão Democrática, ao analisar a experiência do Orçamento Participativo no município de São Gonçalo, enquanto um dos instrumentos que contribui para a construção de uma nova cultura política, a partir da participação da população na implementação e deliberação de políticas públicas. Essa experiência de pesquisa elucidou a possibilidade de analisar a atuação do Serviço Social nesses novos espaços públicos democráticos¹.

Posteriormente, as inquietações foram amadurecidas em decorrência da minha participação no Projeto “O Serviço Social e os Conselhos de Direitos e de Políticas”², desenvolvido pelo Conselho Regional de Serviço Social 7º Região, o que me possibilitou uma nova oportunidade de reflexão sobre a inserção do Assistente Social nestes espaços de gestão compartilhada entre governo e sociedade civil.

Esta aproximação com a temática propiciou indagações sobre as novas formas de atuação do Serviço Social, principalmente quando consideramos o crescimento significativo do número de Assistentes Sociais que estão inseridos nos Conselhos de Direitos e de Políticas. De acordo com levantamento preliminar realizado pelo CRESS/RJ em 2000, dentre trinta e quatro municípios pesquisados, no estado do Rio de Janeiro, os Assistentes Sociais exerciam a função de conselheiros nos Conselhos Municipais de Assistência Social em vinte nove deles, totalizando um quantitativo de setenta e quatro profissionais de Serviço Social.

¹ Realizei estágio supervisionado na área de Gestão Democrática e Questões Urbanas em 2000 na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social no município de São Gonçalo e atuei enquanto Bolsista de Iniciação Científica no projeto “Gestão Democrática, Saúde e Cidadania: Uma Avaliação do Orçamento Participativo no Município de São Gonçalo”, no período de fevereiro de 2001 a julho de 2002, orientada pela professora Ângela Vieira Neves.

² O Projeto “Serviço Social e os Conselhos de Direitos e de Políticas” foi lançado em maio de 2003, tendo como principais objetivos: intensificar, qualificar a presença de Assistentes Sociais nos Conselhos e viabilizar articulação entre esses profissionais.

Alguns autores no âmbito do Serviço Social³ identificam como nova demanda posta a este profissional, intervir junto aos Conselhos Gestores, tendo como objetivo fortalecer e qualificar a participação da sociedade civil.

Cabe ressaltar que esta intervenção se dá de forma diferenciada, na qual o Assistente Social compõe equipes multidisciplinares e intervém por meio de Instituições de Ensino ou por Institutos de Pesquisa. Nesse caso, a intervenção tem caráter temporário, prestando assessoria ou consultoria, por meio de palestras, cursos de capacitação aos conselheiros, e ainda, subsidiando discussões pertinentes aos conselhos, realizando diagnósticos ou assessorando na elaboração de planos municipais.

Compartilhamos com o pensamento de autores que defendem a assessoria e a consultoria enquanto atividade contínua integrando às novas demandas postas ao profissional de Serviço Social⁴, que a partir da Lei de Regulamentação da profissão se constituem como suas atribuições.

A assessoria e a consultoria possuem particularidades no desenvolvimento de suas ações. Joos e Pereira (1998) definem como *Assessoria*, a ação contínua, em que o profissional de Serviço Social, através de estudos, leitura da realidade e vivência no cotidiano, propõe ações e oferece suporte técnico; enquanto a *Consultoria*, refere-se ao conjunto de ações do Serviço Social que decorrem de solicitação de setores públicos ou privados.

Optamos por utilizar neste trabalho, o termo assessoria considerando o caráter contínuo de suas ações. Não obstante as atribuições comuns exercidas entre essas duas formas de inserção dos Assistentes Sociais, considerando que a “função principal do assessor/consultor está em pôr instrumentos que possibilitem o desvelamento do movimento da realidade social, ocultado pelo movimento cotidiano das relações sociais, o que faz parecer quaisquer alternativas e possibilidades de ação profissional”. (Vasconcelos, 1998:127).

Dentre as várias experiências de assessoria, podemos destacar a atuação do Serviço Social no Programa Interdisciplinar de Capacitação de

³ Dentre esses autores podemos destacar Ana Ligia Gomes (2000); Berenice Couto (2000); Marina Maciel Abreu (1999); Maria Inês Souza Bravo (1998, 2001, 2002); Rodriane de Oliveira Souza (2001a).

⁴ Apoiamos nossas análises nas discussões realizadas por Bravo (2001), Joos e Pereira (1998), Suzin e Almeida (1999a, 1999b) e Vasconcelos (1998).

Conselheiros Municipais realizado pela FASE, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal do IPPUR. Além da realização de pesquisas e diagnósticos sociais no Instituto Pólis e no Instituto de Estudos Especiais (IEE-PUC) em São Paulo.

Outras experiências que merecem destaque são aquelas realizadas pelas Universidades vinculadas aos Departamentos de Serviço Social por meio de projetos de extensão, a exemplo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), pelo Projeto de Pesquisa e Extensão *Políticas Públicas de Saúde: o potencial dos conselhos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*; a Universidade Federal Fluminense (UFF) com o projeto *Laboratório de Formação e Capacitação de Gestores: Capacitação de Conselheiros e liderança*.

Também encontramos projetos de assessoria fora do estado do Rio de Janeiro, na Universidade de Canoinhas (UnC), que assessora os conselhos municipais em Santa Catarina; no Mato Grosso do Sul pela Universidade Federal do Mato Grosso Sul a partir da *Escola de Conselhos*; e na Universidade Estadual de Londrina (UEL), pelo projeto: *O Processo de Implantação e Gerenciamento da Política Pública de Assistência Social na Esfera Municipal – Amepar*⁵, também ligados aos Departamentos de Serviço Social.

Encontramos ainda, algumas experiências pioneiras vinculadas às Secretarias Municipais da área de Assistência Social, onde os Assistentes Sociais atuam como técnicos, compondo equipes que dão suporte às atividades desenvolvidas pelos Conselhos, o que possibilita uma intervenção de caráter continuado de suas ações.

A pesquisa coordenada por Ivanete Boschetti em 2003, constatou que dentre 1.461 dos Conselhos Municipais de Assistência Social analisados, somente 1,6% não indicaram a existência de profissionais de nível superior compondo as equipes técnicas dos conselhos. Dentre os conselhos que possuem equipes formadas por profissionais de nível superior, os Assistentes Sociais compõem 88,5% destes profissionais, o que representa a predominância do Serviço Social

⁵ Associação dos Municípios do Médio Paranapanema (AMEPAR) no Estado do Paraná é composta por vinte e um municípios da região.

em 1.272 dos conselhos analisados, sendo este o único profissional presente em mais de 50% destes Conselhos⁶. (Boschetti, 20032a).

Por esta razão, faz-se necessário aprofundar o debate sobre a prática desenvolvida pelos profissionais de Serviço Social nesses espaços, os quais se afirmam gradativamente enquanto novo espaço sócio-ocupacional conquistado pelos Assistentes Sociais. Principalmente, porque a literatura atual não dispõe de um número significativo de produções que sistematizem a prática profissional no interior dos Conselhos. A ausência de registro da atuação desses profissionais seja como conselheiros, seja como assessores, configura-se como um desafio e ao mesmo tempo contribui para tornar a pesquisa relevante.

A prática aqui problematizada apóia-se na discussão de Marina Maciel Abreu (1996, 2002, 2004), por analisar as funções pedagógicas desenvolvidas por Assistentes Sociais. Funções essas que visam contribuir para a formação de uma nova cultura na perspectiva de fortalecimento das classes subalternas.

A organização desta cultura, seguindo a perspectiva gramsciana, se propõe a intervir nas mediações que realizam na racionalização da produção e da reprodução social, no exercício do controle social⁷ e na luta pela hegemonia visando à emancipação dos sujeitos.

Nas palavras de Abreu (2002:31), a função pedagógica é entendida em sua inscrição no movimento contraditório de reestruturação das bases político-culturais das relações de hegemonia como elemento constitutivo desse movimento e por ele constituído.

A autora compreende a prática do Assistente Social a partir das determinações históricas da profissão materializadas sob um instrumental técnico-político como forma de enfrentamento da questão social, e como um amplo

6 Esta pesquisa foi divulgada no Relatório de Pesquisa “Avaliação dos Dez Anos de Implementação da Lei Orgânica de Assistência Social: o olhar dos conselhos estaduais, municipais e do Distrito Federal” na Conferência Nacional de Assistência Social em comemoração aos 10 anos de regulamentação da LOAS.

7 O conceito de controle social apresenta diferentes interpretações. Por controle social se entende desde a criação de mecanismos de avaliação; mecanismos políticos de intervenção, pressão e regulação de interesses; mecanismos ideológicos que reproduzem a opressão, a resignação, a apatia, a omissão e o medo. (Lima, 2000:79). Entretanto, destacamos que a discussão focada neste trabalho tem como marco temporal a Constituição Federal de 1988 e apóia-se na concepção de controle social associado aos princípios de autonomia, participação, além de envolver “a capacidade que a sociedade tem de interferir na gestão pública, orientando as ações do Estado e os gastos estatais na direção dos interesses da maioria da população” (Correia, 2002:121).

processo de luta de classes vinculado à questão da hegemonia, a partir do referencial teórico de Gramsci.

A partir das análises que Gramsci estabelece entre a questão pedagógica e as relações de hegemonia, Abreu (1996) compartilha a idéia de que as relações pedagógicas constroem ou contribuem para elaboração e difusão da ideologia, ou seja, a partir de um movimento cultural de um determinado projeto de hegemonia.

Isto porque toda relação de “hegemonia” é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre diversas forças que compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais. (Gramsci, 1999: 399).

No âmbito da Assistência Social, surgem então os Conselhos Municipais de Assistência Social, espaços de fundamental importância na efetivação dessa política pública, também considerado como espaços de construção democrática.

Neste sentido, a presente dissertação tem como objeto de estudo a prática dos profissionais de Serviço Social nos Conselhos Municipais de Assistência Social. Assim, a proposta consiste em investigar se a prática do Serviço Social nos conselhos propicia uma maior democratização da política de Assistência Social e se contribui no fortalecimento do projeto democrático associado ao compromisso ético político da profissão.

O Assistente Social pela natureza interventiva intrínseca de suas ações deve mergulhar na vida prática, tornar-se um organizador dos aspectos práticos da cultura, e neste sentido, algumas questões nortearam a construção deste objeto de pesquisa.

Afinal, qual o papel do Assistente Social nos conselhos de Assistência Social? Como ocorre sua inserção nesses espaços? Como contribuir para o desenvolvimento de ações democráticas que em consonância com os princípios que norteiam a profissão, na intenção de fortalecer a participação da sociedade civil, na defesa da Assistência Social enquanto política pública e estando vinculado a uma esfera governamental? Quais as implicações destas ambigüidades para essa prática profissional?

Ao problematizar a prática destes profissionais nos conselhos, faz-se necessário relacioná-la ao compromisso do Serviço Social com a classe

trabalhadora firmado no seu projeto ético-político no qual merece destaque à atuação desenvolvida pelos Assistentes Sociais junto aos Conselhos na perspectiva de fortalecimento da sociedade civil⁸.

Relacionar a prática pedagógica dos Assistentes Sociais nos conselhos, enquanto possibilidade de construção de uma nova cultura, considerando o desenvolvimento do fenômeno cultural observado por Gramsci, compartilhamos com o pensamento do autor ao afirmar que este processo é submetido a “duras provas”, sendo um processo longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de debandadas e de reagrupamentos (Gramsci: 1999).

Esse estudo pretende contribuir para o debate no seio da profissão em relação aos novos espaços de atuação e as novas demandas à profissão, e desta forma propiciar a articulação destes profissionais no sentido de refletir sobre a função pedagógica da prática profissional do Serviço Social. O que significa compreender o caráter educativo intrínseco da profissão.

Assim, constituem-se como objetivos deste estudo: analisar qual tem sido a contribuição do Serviço Social nestes espaços; identificar os impasses e os desafios colocados aos Assistentes Sociais, frente a este novo campo de trabalho. Além de refletir sobre os instrumentos e estratégias por ele utilizadas, visto que se propõe a ultrapassar a discussão do senso comum, e em contrapartida fortalecer a esfera pública.

Na tentativa de reconstituir essas concepções, é necessário resgatar o processo político pedagógico no exercício de suas funções, o que requer dois princípios fundamentais, a saber: 1) não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos (variando literariamente a sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2) trabalhar de modo incessante para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para se tornarem seus ‘espartilhos’ (Gramsci: 1999:110).

8 Apoiamos nossas análises a partir da concepção gramsciana de Sociedade Civil, formada pelo conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão de ideologia, como sindicatos, partidos políticos, Igrejas, o sistema escolar, organizações profissionais e a organização material da cultura.

Para alcançar os objetivos deste estudo buscou-se mapear a presença de Assistentes Sociais nos Conselhos Municipais de Assistência. Para tanto, foram enviados ofícios circulares aos órgãos de organização da categoria, como ao Conselho Federal e Regional de Serviço Social, as Delegacias Seccionais, e a Executiva Nacional de Estudantes, a fim de levantar o número de Assistentes Sociais que atuam junto aos Conselhos de Assistência Social.

Tentativa, até certo ponto frustrada, visto que pude constatar que estes organismos não possuem tal informação, que os órgãos da categoria possuem somente registro dos profissionais que representam o conjunto CFESS/CRESS, na qualidade de conselheiros.

Cabe-nos esclarecer que também foram realizados contatos com núcleos de pesquisa na área de gestão democrática, controle social e as demandas postas ao Serviço Social na contemporaneidade⁹. Optou-se ainda pela solicitação aos Gestores Estaduais e Municipais de Assistência Social, os quais não responderam tal solicitação, além dos e-mails enviados às Associações dos Municípios do Estado do Paraná, a saber, a AMEPAR, dos Municípios do Médio Paranapanema, a AMUNOP, do Norte do Paraná, AMUNORPI, do Norte Pioneiro.

Ressaltamos que esse primeiro momento enfrentou inúmeros obstáculos relacionados à identificação de tais experiências. E a partir das dificuldades encontradas e na tentativa de superá-las, no decorrer da pesquisa entramos em contato com os Conselhos Estaduais solicitando informações sobre a presença de Assistentes Sociais integrando a equipe técnica desses Conselhos, além de solicitar colaboração também para a coleta destas informações nos Conselhos Municipais¹⁰.

A pesquisa aqui apresentada fundamenta-se no método qualitativo, a qual segundo Minayo (1995), trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais

9 Vinculados aos Departamentos de Serviço Social das PUC's de São Paulo e do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal de Brasília, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Universidade de Canoinhas, e outros núcleos de pesquisa, como o Observatório Paranaense de Políticas Municipais de Assistência Social, o Instituto Polis, a Universidade Federal do Ceará, o Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal.

10 Pelo retorno à solicitação, identificamos outras experiências, a saber: o Conselho Municipal de Ponta Grossa no Paraná e nos Conselhos Estaduais do Pará e do Rio Grande do Sul.

profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Utilizamos como instrumento de pesquisa um formulário eletrônico, conforme anexo, e disponibilizado para acesso pela internet em <http://home.ism.com.br/~jaqmelo.com>, na perspectiva de utilizar a tecnologia da informação em prol da pesquisa, com o objetivo de alcançar âmbito nacional e com o intuito de viabilizar maior abrangência da amostragem a ser problematizada.

Este formulário foi composto por perguntas abertas e fechadas, priorizando a segunda, com o intuito de viabilizar agilidade no seu preenchimento. Ao vinculá-lo a internet, a expectativa seria tornar possível sua aplicação a um número maior de pessoas ao mesmo tempo, além de proporcionar mais liberdade ao entrevistado para se expressar, respeitando ainda sua disponibilidade para respondê-lo.

Entretanto, há um consenso na literatura no que se refere à aplicação deste instrumento, pois mesmo que sua utilização possua inúmeras vantagens, os questionários e formulários, possuem um índice baixo de retorno.¹¹ E, apesar da constante insistência quanto às respostas, por meio de contatos telefônicos e e-mails, algumas experiências consideradas pioneiras não seriam incluídas no universo deste estudo, pelo não retorno dos questionários enviados.

Em consequência do retorno dos questionários terem ficado aquém das expectativas, e por considerarmos que uma boa amostragem consiste naquela que “possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões” (Minayo:1995,43), combinamos os dados coletados pelos questionários, com uma análise documental realizada nos Anais do ENPESS, CBAS e outras publicações, que registram as experiências de Assistentes Sociais assessorando os Conselhos de Assistência Social.

Para enriquecer a análise documental, utilizamos como fontes primárias documentos oficiais como Relatórios de Gestão das Atividades das Secretarias de Assistência Social, Lei de Criação, Regimentos Internos e atas das

11 Dentre outras vantagens, Gondeberg (2000), destaca a preservação do anonimato dos pesquisados, além do mesmo ter a possibilidade de refletir sobre suas respostas. A fim de aprofundar a discussão, vide GONDEMBERG, Miriam. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências Sociais. RJ. Record, 2000.

reuniões dos Conselhos. Também, incorporamos fontes secundárias provenientes de publicações que relatam as experiências de Assistentes Sociais compondo a equipe técnica dos Conselhos Municipais de Assistência Social de Blumenau, Londrina, Niterói, Rio de Janeiro e Toledo.¹²

As análises realizadas foram elaboradas a partir do retorno de doze (12) questionários, os quais descrevem a prática de Assistentes Sociais, que compõem a equipe de trabalho dos Conselhos de Assistência Social, o que torna as informações coletadas valiosas para a discussão da prática do Serviço Social nos Conselhos de Assistência Social aqui estudados. Estes profissionais estão vinculados às Secretarias Municipais de Assistência Social, que atuam nos municípios de Barbosa, Cascavel, Louveira, Mantena, Mirante de Paranapanema, Niterói, Rio de Janeiro, São José dos Pinhais e Urubici; somadas as práticas contidas nas fontes secundárias, sinalizadas anteriormente.

Portanto, o universo desta pesquisa foi constituído pela prática de Assistentes Sociais que integram a equipe técnica dos Conselhos Municipais de Assistência Social, o que totaliza um quantitativo de doze (12) experiências, pertencentes a região Sul e Sudeste, conforme detalhamento no quadro a seguir¹³.

Quadro 1 – Localização dos Conselhos estudados

CMAS	Estado
Barbosa	São Paulo
Blumenau	Santa Catarina
Cascavel	Paraná
Londrina	Paraná
Louveira	São Paulo
Mantena	Minas Gerais
Mirante de Paranapanema	São Paulo
Niterói	Rio de Janeiro
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
São José dos Pinhais	São Paulo
Toledo	Paraná
Urubici	Santa Catarina
TOTAL	12

¹² Alchorne (2002); Barreto (2004); Deschamps (2001a, 2001b); Maciel, H. M., Souza, R.O., Alchorne (2002); Oliveira (2004); Rizotti (1999, 2001); Souza, (2001b, 2002);

¹³ As análises aqui apresentadas serão expressas em valores absolutos considerando que a amostra compõe-se de um número reduzido de sujeitos.

As reflexões desse estudo foram organizadas em três categorias: os determinantes para inserção do Serviço Social nestes conselhos; a ótica dos Assistentes Sociais acerca dos conselhos enquanto espaços de atuação profissional; e a prática dos Assistentes Sociais nos Conselhos Municipais de Assistência.

Considerando que o Serviço Social no exercício de sua prática interfere na forma de pensar e agir dos indivíduos e grupos, inserindo-se no campo das atividades que incidem sobre a formação da cultura política¹⁴, ressaltamos que tais análises privilegiam as funções pedagógicas deste profissional na perspectiva de contribuição no processo de formação e organização da classe trabalhadora.

Com o intuito de investigar até que ponto a prática dos Assistentes Sociais nestes espaços contribui para o fortalecimento dos sujeitos políticos, utilizamos como indicadores da socialização de informações, três aspectos principais: a rede sócio-assistencial, os conselheiros e os gestores, e por fim, as estratégias utilizadas por esses profissionais para enfrentamento destas limitações.

Desse modo, as descobertas e as interpretações dos resultados foram estruturadas em dois capítulos, dispostos da seguinte forma:

O primeiro capítulo buscou centralizar a discussão em torno da Assistência Social, embora muito já se tenha produzido a respeito, a temática não se esgota, principalmente por se constituir num tema polêmico, seja pela sua indefinição conceitual, seja por sua própria trajetória histórica.

Ao explicitar o debate acerca da Assistência Social enquanto política pública e como parte integrante do tripé da Seguridade Social, sistematizamos, ainda que de forma breve, os distintos modelos de proteção social para subsidiar a compreensão do contexto atual, e que se torna imprescindível, ao considerarmos, o status formal adquirido pela Assistência Social enquanto política de garantia de direitos.

Priorizamos a discussão da Política de Assistência a partir do seu reordenamento decorrente do processo de descentralização preconizado pela Constituição de 1988, posteriormente regulamentado pela Lei Orgânica de

¹⁴ Para Gohn (1999) a cultura política diz respeito aos valores que os indivíduos e os grupos desenvolvem em relação à pólis e a área pública ao longo da trajetória de suas experiências individuais e coletivas.

Assistência Social e operacionalizado pela Norma Operacional Básica da Assistência Social¹⁵. Esse reordenamento por sua vez, pressupõe canais de participação, de definição, elaboração e gestão da Assistência, dentre eles os conselhos de Assistência Social.

Os Conselhos que preconizam a participação dos sujeitos na definição de Políticas Públicas, classificados por Raichelis (2000) como uma das possibilidades de construção de uma esfera pública democrática, enquanto espaços paritários e privilegiados de participação da sociedade civil, esbarram numa cultura política arraigada por práticas assistencialistas, o que se constitui como um dos entraves para que se efetivem como espaços democráticos.¹⁶

O processo de descentralização de políticas públicas implicou em novas demandas no âmbito do Serviço Social, principalmente quando emergem novas possibilidades de intervenção para o Assistente Social, o que potencializa a inserção deste profissional nos Conselhos de Direito e de Política.

No segundo capítulo, pretende-se discutir a configuração de um novo espaço sócio-ocupacional, a partir dos Conselhos de Assistência Social, e para compreender essa nova demanda posta a profissão, faz-se necessário esclarecer e resgatar como se deu esse processo de inserção da categoria no interior dos conselhos e explicitar as particularidades desta prática.

Dentro desta perspectiva nos cabe problematizar como esse profissional atua frente às implicações deste espaço tenso e contraditório, concomitante com as ambigüidades inerentes à profissão. Assim, a prática do Serviço Social orienta-se por um projeto ético-político, que luta pela ampliação e consolidação da cidadania e aprofundamento da democracia, e em contrapartida possui como vínculo empregatício a área governamental, por muitas vezes atrelado a um projeto conservador, o que o faz com que este profissional atue na correlação de forças.

¹⁵ Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e a Norma Operacional Básica da Assistência Social/NOB-AS, a qual dispõe sobre a descentralização político-administrativa da Assistência Social, o financiamento e a relação entre os três níveis de governo, a qual prevê a criação de Conselhos, Fundos e Planos de Assistência Social.

¹⁶ RAICHELIS (2000) considera os Conselhos de Assistência Social como possibilidade de construção da Esfera Pública considerando como um conjunto de elementos articulados, a destacar: visibilidade, controle social, representação de interesses coletivos, democratização e cultura pública.